



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

015. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, para responder às questões de números 01 a 03.

A mulher que está esperando o homem está sujeita a muitos perigos entre o ódio e o tédio, o medo, o carinho e a vontade de vingança.

Se um aparelho registrasse tudo o que ela sente e pensa durante a noite insone, e se o homem, no dia seguinte, pudesse tomar conhecimento de tudo, como quem ouve uma gravação numa fita, é possível que ele ficasse pálido, muito pálido.

Porque a mulher que está esperando o homem recebe sempre a visita do Diabo e conversa com ele. Pode não concordar com o que ele diz, mas conversa com ele.

(Rubem Braga – *Ai de ti, Copacabana*)

01. Dizer que a mulher recebe a visita do Diabo equivale a dizer que ela

- (A) prefere ficar longe de parentes próximos.
- (B) tem maus pensamentos a respeito do homem.
- (C) é pessoa de pouca religiosidade.
- (D) em sua angústia, não abre mão da proteção divina.
- (E) se conforma, naquelas horas, em ser traída.

02. No trecho – Pode não concordar com o que ele diz, mas conversa com ele. –, a ideia é a de que a mulher

- (A) pode pensar em algo negativo, mas não aderir a esse pensamento.
- (B) fica completamente à mercê de pensamentos mórbidos.
- (C) tem fraco poder de argumentação.
- (D) chega a duvidar de sua própria espiritualidade.
- (E) é uma pessoa educada em seus relacionamentos.

03. Os termos **Se** e **Porque**, em destaque nas frases – **Se** um aparelho registrasse tudo o que ... – e – **Porque** a mulher que está esperando o homem... – podem ser substituídos, no contexto, sem alteração do sentido, por:

- (A) Conquanto / A menos que
- (B) Ainda que / Porque
- (C) Posto que / Isto é
- (D) À medida que / Porquanto
- (E) Caso / Pois

04. Levando em conta o sentido da frase – As pessoas conscientes **não** devem praticar o bem apenas no Natal. –, assinale a alternativa em que o deslocamento do advérbio **não** conserva o sentido original da frase.

- (A) As pessoas conscientes devem praticar o bem, apenas **não** no Natal.
- (B) As pessoas conscientes devem praticar o bem **não** apenas no Natal.
- (C) As pessoas conscientes devem praticar o **não** bem apenas no Natal.
- (D) As pessoas **não** conscientes devem praticar o bem apenas no Natal.
- (E) As pessoas conscientes devem praticar **não** o bem apenas no Natal.

Leia o texto a seguir, para responder às questões de números 05 a 07.

Modelos

Não existe gente que tem medo de palhaço? Pois eu tenho medo de modelos. Sou provavelmente o único homem no mundo que, se um dia ficasse frente a frente com a Gisele Bündchen, sairia correndo. Não sei qual é a origem desta fobia. Não me lembro de ter sido assustado por uma modelo, quando criança. Nenhuma modelo me fez mal, ainda. Mas elas simplesmente me apavoram. É aquele ar que elas têm.

Pouca gente sabe que, antes de entrar na passarela, as modelos chupam um limão para desfilarem com a correta expressão de desprezo, beirando o nojo pelos seus inferiores, começando por mim. Nunca sorriem. Alimentam-se de pequenos passarinhos, pois não têm um sistema gastrointestinal como o nosso. Só mudam de dieta na lua cheia, quando comem um homem inteiro. Aquela maneira de caminhar cruzando as pernas que só modelos têm é uma amostra do que são capazes.

(Luis Fernando Verissimo, *O Estado de S. Paulo*. Adaptado)

05. Assinale a alternativa em que a frase – Não existe gente que tem medo de palhaço? – está reescrita conforme a norma-padrão.

- (A) Não tem gente que têm medo de palhaço?
- (B) Não há gente que tem medo de palhaço?
- (C) Não têm gente que teem medo de palhaço?
- (D) Não há gente que têm medo de palhaço?
- (E) Não existe pessoas que têm medo de palhaço?

06. Os termos em destaque em – Mas elas simplesmente me **apavoram**. É aquele **ar** que elas têm. – apresentam, no contexto, respectivamente, o antônimo e o sinônimo em:

- (A) estimulam / gás
- (B) acalmam / aragem
- (C) constroem / hálito
- (D) ameaçam / respiração
- (E) tranquilizam / aparência

07. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, de acordo com a norma-padrão, as lacunas das frases a seguir.

- I. Não _____ pessoas que sentem pavor de palhaço?
- II. Eu _____ medo, se um dia ficasse frente a frente com a Gisele Bündchen.
- III. A fobia, _____ origem não está na infância, é desconhecida.
- (A) existem ... sentiria ... cuja
- (B) existe ... sinto ... cuja
- (C) existem ... sentira ... de cuja
- (D) existe ... sentia ... cuja
- (E) existem ... sentirei ... em cuja

Leia o texto a seguir, para responder às questões de números 08 a 10.

Por herança da evolução, o homem tem uma tendência a se concentrar no que pode dar errado. Nas cavernas do Pleistoceno, gerava mais descendentes quem tinha medo de ataques e antecipava problemas. A ansiedade garantiu nossa sobrevivência, mas nos faz enxergar a realidade de um jeito enviesado. Nos aterrorizamos com ameaças mesmo quando há motivos para ficarmos tranquilos.

É perfeitamente racional ser otimista em momentos ruins. Tome como exemplo os anos 80, quando o Brasil teve sua pior crise econômica. A economia decepcionava, mas víamos uma pequena revolução da medicina. Até aquela década, era preciso lidar com gastrites e úlceras a vida inteira. O escritor Nelson Rodrigues acordava todas as madrugadas para amestrar a úlcera com mingau. Então um laboratório farmacêutico criou um remédio simples que inibe a produção de ácido gástrico. Úlceras que, antes duravam décadas, hoje são resolvidas com omeprazol, em poucos dias – a um custo de poucos reais.

(Lendro Narloch. *Fique tranquilo e aproveite*. Veja.com. Adaptado)

08. Segundo o autor,

- (A) a crise econômica dos anos 80 incrementou a natalidade, pois o importante, nessa ocasião, era a sobrevivência.
- (B) no período Pleistoceno, o homem vivia como caçador e coletor, visando à sua evolução.
- (C) o omeprazol, criado há dez anos, constitui um bálsamo capaz de eliminar o ácido gástrico.
- (D) é nas madrugadas que as gastrites atacam com maior força, apesar do uso do omeprazol.
- (E) o aumento da prole, no Pleistoceno, assegurando a continuação da vida, foi fruto do temor.

09. Assinale a alternativa em que se observa o emprego da linguagem figurada.

- (A) ... o homem tem uma tendência a se concentrar no que pode dar errado.
- (B) É perfeitamente racional ser otimista em momentos ruins.
- (C) O escritor Nelson Rodrigues acordava todas as madrugadas para amestrar a úlcera com mingau.
- (D) Nas cavernas do Pleistoceno, gerava mais descendentes quem tinha medo de ataques e antecipava problemas.
- (E) Úlceras que, antes duravam décadas, hoje são resolvidas com omeprazol, em poucos dias.

10. Considerando o emprego e a colocação dos pronomes, assinale a alternativa em que a substituição das palavras, em destaque, pelo pronome está correta.

- (A) ... antecipava **problemas**. (antecipava-lhes)
- (B) A ansiedade garantiu **nossa sobrevivência**,... (A ansiedade garantiu-a)
- (C) ... nos faz enxergar **a realidade**... (nos faz enxergar-la)
- (D) ...quando o Brasil teve **sua pior crise econômica**. (quando o Brasil teve-a)
- (E) ... acordava todas as madrugadas para amestrar **a úlcera**... (acordava todas as madrugadas para amestrar-lhe)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. No caso de vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, é correto afirmar que
- (A) será feita eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga, na forma da lei.
 - (B) ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Senado Federal, na forma da lei.
 - (C) ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (D) ocorrendo a vacância nos últimos seis meses do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita quinze dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 - (E) ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita quarenta e cinco dias depois da última vaga, pelo Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei.
12. No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis, é correto afirmar que são estáveis:
- (A) após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - (B) após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - (C) após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público ou cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação.
 - (D) após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e 3 (três) anos para os cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação.
 - (E) após a posse os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
13. Ao tratar dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o texto constitucional estabeleceu que
- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante a noite, por determinação judicial.
 - (B) as associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, desde que garantido o direito de defesa.
 - (C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - (D) as entidades associativas não têm legitimidade para representar seus filiados, judicial ou extrajudicialmente, sendo interpretada como nula qualquer autorização expressa.
 - (E) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
14. No caso de crime comum praticado por Deputado Federal, com fundamento no texto constitucional, pode-se afirmar que,
- (A) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a posse, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional que, por iniciativa de parlamentar e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
 - (B) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a posse, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional que, por iniciativa de parlamentar e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, extinguir a ação.
 - (C) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, extinguir a ação.
 - (D) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
 - (E) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

- 15.** No que se refere à Lei de Acesso à Informação, também conhecida como Lei da Transparência, pode-se afirmar que
- (A) se subordinam ao regime dessa Lei os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público.
 - (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se subordinam ao regime dessa lei.
 - (C) os órgãos do Poder Judiciário e o Ministério Público não se subordinam ao regime dessa lei.
 - (D) as entidades privadas com fins lucrativos se subordinam às disposições dessa Lei.
 - (E) se subordinam ao regime dessa Lei o Poder Judiciário e não se subordina o Ministério Público.
- 16.** Havendo veto do Presidente da República a um projeto de lei, é correto afirmar que
- (A) o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
 - (B) o veto será apreciado em cada casa do Congresso Nacional, dentro de sessenta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
 - (C) o veto será apreciado em cada casa do Congresso Nacional, dentro de sessenta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em voto nominal e aberto.
 - (D) o veto será apreciado em sessão separada, pelo Plenário de cada casa do Congresso Nacional, dentro de quarenta e cinco dias, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
 - (E) o veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro de quinze dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria dos Deputados e Senadores, em voto nominal e aberto.
- 17.** Ocorrendo a declaração de inconstitucionalidade, incidentalmente, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de lei municipal em face da Constituição Federal, pode-se afirmar que compete
- (A) ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) obrigatoriamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, vez que se trata de ato vinculado.
 - (C) ao Presidente da República suspender a execução, no todo ou em parte, por meio de decreto, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) à Câmara Municipal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) ao Senado Federal revogar, no todo ou em parte, lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- 18.** O Município reger-se-á por lei orgânica que atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do Estado e ao seguinte princípio:
- (A) julgamento do Prefeito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, por meio de manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado.
 - (C) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita do Município.
 - (D) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Câmara Municipal.
 - (E) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

19. A respeito do controle dos atos da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) o controle interno consiste na atividade desenvolvida por um Poder relativamente à própria atividade; os responsáveis pela sua execução, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela deverão dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (B) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (C) compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) o Tribunal de Contas dispõe de poder de assinar prazo para as autoridades administrativas corrigirem defeitos de ilegalidade e, se no prazo estipulado, não forem adotadas as soluções cabíveis, poderá determinar a sustação de seus efeitos.
- (E) o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas não podem adentrar no mérito dos atos da Administração Pública, sequer para avaliar se foi ultrapassado o limite da discricionariedade ou desvio de finalidade.

20. Serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental. Sua prestação

- (A) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, independentemente de licitação.
- (B) pode ser implementada em parceria público-privada, por meio de contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada, remunerada apenas pela tarifa cobrada dos usuários.
- (C) acarreta a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que demonstrada a existência de dolo ou culpa.
- (D) é indelegável porque o usuário do serviço público tem direito à sua prestação adequada, exigível apenas do Poder Público, que deve respeitar ao princípio constitucional da eficiência.
- (E) tem sido viabilizada em colaboração com o Terceiro Setor, por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, como as Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, em busca de maiores níveis de eficiência e qualidade.

21. A atuação administrativa deve materializar-se de modo formal, seguindo uma ordenação lógica destinada a evitar a atuação abusiva do titular da competência, pautada em diretrizes e princípios, a respeito dos quais é correto afirmar que

- (A) o procedimento administrativo é orientado à busca da verdade formal, conseqüentemente, a autoridade administrativa não dispõe de poderes para promover medidas orientadas a revelar a verdade sobre os fatos controvertidos.
- (B) o princípio da celeridade não se aplica ao procedimento administrativo porque prevalece o princípio da verdade material, que impõe a adoção de diligências orientadas a revelar a verdade dos fatos controvertidos.
- (C) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (D) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (E) o princípio do contraditório significa que todos os atos do procedimento devem ser acompanhados por todos os interessados, necessariamente representados por advogado.

22. A União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios poderão constituir consórcios públicos para a gestão associada de serviços públicos. A Lei nº 8.666/93, ao disciplinar o procedimento a ser observado na contratação por aqueles entes, prevê expressamente

- (A) limites mais baixos para fins de escolha da modalidade de licitação.
- (B) valores mais baixos para dispensa de licitação em razão do valor.
- (C) possibilidade de dispensa de licitação na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta.
- (D) inexigibilidade de licitação para todos os contratos firmados pelo consórcio.
- (E) obrigatoriedade de licitação prévia, na modalidade concorrência, para os consórcios pactuarem contratos de programa.

23. Em relação aos contratos administrativos, pode ser destacada a seguinte peculiaridade:

- (A) a garantia contratual, quando exigida, não excederá a vinte por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.
- (B) o contratado é obrigado a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.
- (C) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (D) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50%.
- (E) o contrato de prestação de serviços contínuos poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a quarenta e oito meses.

24. Em relação aos bens públicos, pode-se afirmar que

- (A) é vedado ao Município tomar bem do Estado.
- (B) se prestam a garantir o pagamento de precatórios e podem ser penhorados.
- (C) são suscetíveis de usucapião *pro labore*.
- (D) quando imóveis, sua alienação dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência, dispensada apenas nos casos expressamente previstos em lei.
- (E) os bens dominicais são alienáveis, independentemente de autorização legislativa, ao alvedrio da Administração.

25. A ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, o princípio da propriedade privada, que pode ser legalmente contrastado nas seguintes hipóteses:

- (A) para fins de utilidade pública, os bens de domínio dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- (B) as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei, serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, mediante justa e prévia indenização.
- (C) o Poder Público municipal deverá desapropriar a propriedade urbana que não cumpre sua função social, ou seja, quando não atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, pois é única medida cabível.
- (D) o Município pode desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- (E) poderá ser desapropriado imóvel para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, cabendo ao Poder Judiciário, em caso de impugnação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

26. A Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal, apresenta duas etapas bem delimitadas: a criminal e a posterior. A posterior não é menos grave que a criminal e levará à imposição de sanções da Lei da Improbidade Administrativa, em relação à qual é possível afirmar:

- (A) podem ser sujeitos ativos dos atos de improbidade o agente público, os particulares colaboradores e os terceiros, exceto funcionários de Organizações Sociais que firmam contrato de gestão na área da saúde.
- (B) podem ser sujeitos ativos dos atos de improbidade o agente público, os particulares colaboradores e os terceiros.
- (C) a responsabilização com base na Lei de Improbidade Administrativa só é possível quando há prática de atos dolosos e lesivos ao erário.
- (D) as cominações pela prática de ato ímprobo não podem ser aplicadas de forma cumulativa, sob pena de configurar excesso.
- (E) os atos ímprobos que causam enriquecimento ilícito podem dar ensejo à remessa de valores a outros países e, nesse caso, sua recuperação ficará inviabilizada pelo descabimento de cooperação jurídica internacional.

27. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/67, é crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- (A) antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
 - (B) nomear, admitir ou designar servidor em desacordo com súmula vinculante.
 - (C) impedir o funcionamento regular da Câmara.
 - (D) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
 - (E) impedir a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída.

DIREITO CIVIL

28. Assinale a alternativa correta sobre a vigência das leis brasileiras.
- (A) No ordenamento jurídico brasileiro é vedada a revogação tácita de leis.
 - (B) É diferente, em regra, a *vacatio legis* no território brasileiro e nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
 - (C) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, em regra, revoga a lei anterior.
 - (D) As leis com vigência temporária não podem ter *vacatio legis* superior a 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (E) Quando a lei não dispuser sobre o início de sua vigência, em regra, começa a vigorar quando oficialmente publicada.
29. Sobre as pessoas jurídicas, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.
- (A) Os partidos políticos são classificados como pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (B) Em caso de dissolução de associação, o remanescente de seu patrimônio deverá ser partilhado entre os associados.
 - (C) A instituição de fundação pode se dar por meio de instrumento público ou particular, bem como por testamento.
 - (D) No caso de dissolução da pessoa jurídica, esta subsistirá para fins de liquidação, averbando-se a dissolução em seu registro.
 - (E) O domicílio do Município é o local onde funciona sua Câmara Municipal.

30. É absolutamente nulo o negócio jurídico
- (A) praticado sob coação.
 - (B) celebrado sem a presença de 2 (duas) testemunhas.
 - (C) quando os instrumentos forem antedatados ou pós-datados.
 - (D) que reduza qualquer das partes à insolvência civil.
 - (E) celebrado por menor púbere.
31. É causa de interrupção da prescrição, no âmbito civil,
- (A) a ocorrência do evento que caracteriza condição resolutiva de um negócio.
 - (B) o recebimento inequívoco, pelo devedor, de notificação extrajudicial de cobrança.
 - (C) a decretação de falência do devedor.
 - (D) a alienação de bens, pelo devedor, que o levem à insolvência civil.
 - (E) o reconhecimento do direito pelo devedor, ainda que por ato extrajudicial.
32. Compreende-se por *constituto possessório* a
- (A) transmissão fictícia da posse, remanescendo o alienante com o exercício da posse direta sobre o bem.
 - (B) ratificação da aquisição da posse, quando adquirida pelo titular por meio de representante.
 - (C) aquisição onerosa da propriedade por aquele que já exerce posse direta sobre o bem.
 - (D) união da posse do sucessor singular à de seu antecessor, para fins de prescrição aquisitiva.
 - (E) alienação da posse por aquele que não possui a titularidade do bem, apesar de já possuir os requisitos para reconhecimento da prescrição aquisitiva.
33. Assinale a alternativa correta sobre o direito real de servidão.
- (A) A constituição da servidão, em regra, exige o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (B) A servidão não aparente pode ser adquirida por meio da prescrição aquisitiva.
 - (C) O desuso não é causa de extinção do direito real.
 - (D) A proibição de construir não constitui modalidade de servidão.
 - (E) Não se admite a constituição de servidão por testamento.

34. De acordo com o Código Civil de 2002, na locação de coisas, se houver deterioração da coisa alugada sem culpa do locatário, poderá este exigir:
- (A) o reparo do bem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de resolução do contrato.
 - (B) a resolução do contrato e indenização correspondente a 2 (dois) meses de aluguel, a título de multa civil.
 - (C) a imediata substituição do bem, sob pena de multa diária proporcional ao valor da locação.
 - (D) o reparo do bem ou sua substituição, a critério do locador, desde que a opção não traga ou agrave o prejuízo do locatário.
 - (E) a redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava.
35. Assinale a alternativa correta sobre o contrato de depósito voluntário.
- (A) Nos depósitos entregues fechados, colados, selados ou lacrados, o depositário terá a prerrogativa de abri-los, se houver fundado receio de que haja ilicitude do produto ou da forma como foi obtido.
 - (B) O depositário não responde pelos danos decorrentes de caso fortuito e força maior, sendo seu o ônus de provar o evento.
 - (C) Se o contrato fixar prazo para a restituição, não poderá o depositante exigir a restituição antes do prazo determinado.
 - (D) O herdeiro do depositário que vendeu a coisa depositada não fica obrigado a assistir o depositante na reivindicação, tampouco a restituir ao comprador o preço recebido, desde que tenha agido de boa-fé.
 - (E) O depositário não goza de direito de retenção em caso de não pagamento do valor ajustado pelo depósito, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial.
36. De acordo com o Código Civil de 2002, na locação de coisas, se houver deterioração da coisa alugada sem culpa do locatário, poderá este exigir:
- (A) o reparo do bem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de resolução do contrato.
 - (B) a resolução do contrato e indenização correspondente a 2 (dois) meses de aluguel, a título de multa civil.
 - (C) a imediata substituição do bem, sob pena de multa diária proporcional ao valor da locação.
 - (D) o reparo do bem ou sua substituição, a critério do locador, desde que a opção não traga ou agrave o prejuízo do locatário.
 - (E) a redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato, caso já não sirva a coisa para o fim a que se destinava.
37. O princípio da intervenção estatal no sentido de proteger efetivamente o consumidor, segundo o texto expresso e a literalidade do inciso II, art. 4º do CDC, deve ocorrer:
- (A) por iniciativa indireta.
 - (B) por incentivos à criação e ao desenvolvimento de sindicatos representativos.
 - (C) pelo estudo eventual das modificações do mercado de consumo.
 - (D) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de quantidade, qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.
 - (E) pela presença do Estado no mercado de consumo.
38. Quanto ao princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, insculpido no art. 4º, inciso I, do CDC, é correto afirmar que
- (A) vulnerabilidade e hipossuficiência são conceitos que não se confundem.
 - (B) não se aplica à execução do contrato.
 - (C) garante a inversão do ônus da prova em favor do consumidor quanto à veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária.
 - (D) faculta a todo consumidor a obtenção de assistência jurídica gratuita.
 - (E) impõe a responsabilidade objetiva do profissional liberal pelos danos causados aos consumidores.
39. No que concerne à aplicação do princípio da boa-fé às relações de consumo, é correto afirmar que
- (A) o comerciante responde solidariamente com o fabricante, em qualquer hipótese, pelos danos causados pelo fato do produto.
 - (B) a sua inobservância gera a nulidade de pleno direito de cláusula constante em pré-contrato que o viole.
 - (C) a desconsideração da personalidade jurídica do fornecedor em favor do consumidor não poderá ocorrer, caso seja ela apenas obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao mesmo.
 - (D) torna obrigatória a harmonização dos interesses dos consumidores, em detrimento dos fornecedores.
 - (E) insere o *pacta sunt servanda* como cláusula geral nos contratos de consumo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

36. É princípio elencado como norteador das relações de consumo, segundo o texto expresso e a literalidade do art. 4º do CDC:
- (A) racionalização e melhoria dos serviços privados.
 - (B) incentivo à criação pelos consumidores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços.
 - (C) coibição e repressão eficientes da utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas, que possam causar prejuízos aos consumidores.
 - (D) a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento social, econômico e tecnológico.
 - (E) informação dos consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à prevalência de seus interesses sobre os dos fornecedores.

40. Assinale a alternativa que confirma a existência de direito líquido e certo, protegido por mandado de segurança.

- (A) Há direito líquido e certo quando o mandado de segurança se fundamenta em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Em sede de mandado de segurança, o direito líquido e certo poderá ser demonstrado no decorrer da instrução processual, como garantia à ampla defesa e ao contraditório.
- (C) Há direito líquido e certo quando o mandado de segurança é ofertado em substituição à apelação extemporânea, cuja discussão se fundamente em matéria unicamente processual.
- (D) Em sentido jurídico-processual, o direito líquido e certo decorre de fato incontestável e inequívoco, suscetível de imediata demonstração mediante prova literal pré-constituída.
- (E) É viável o amplo e irrestrito reexame de fatos e provas, desde que pré-constituídos, colhidos em processo administrativo disciplinar, requisitados pelo juízo.

41. No que diz respeito à ação civil pública e à aplicação do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se aplicam as regras do CPC à ação civil pública, pela incompatibilidade de suas normas.
- (B) O CDC se aplica em sua integralidade no processamento da ação civil pública, por ser a lei processual que regulamenta sua procedimentalização.
- (C) As regras de competência determinadas pelo CPC são as que regulamentam a ação civil pública.
- (D) As partes processuais na ação civil pública são definidas pelo CDC, assim como seus impedimentos.
- (E) Na ação civil pública, aplica-se o CDC naquilo em que não contrarie as disposições da lei que a regulamenta.

42. Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, tal prazo será

- (A) restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
- (B) restituído em proveito da parte, se for o caso de falecimento de seu advogado, correndo normalmente em caso de falecimento da parte.
- (C) restituído pelos dias que restavam para decorrer em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contado após a intimação.
- (D) suspenso, até a habilitação dos sucessores ou constituição de outro advogado, devolvendo-se o prazo restante após a homologação da sucessão ou junta de nova procuração.
- (E) suspenso, no caso de falecimento da parte, e interrompido, em caso de falecimento do advogado, transcorrendo na forma legal.

43. Fazem coisa julgada material:

- (A) a questão incidental resolvida, mesmo sem requerimento da parte.
- (B) a parte dispositiva da sentença.
- (C) a motivação da decisão.
- (D) nos casos em que falte uma das condições da ação.
- (E) todas as sentenças de improcedência.

44. O *habeas data* tem cabimento quando há

- (A) necessidade de acesso a informações pessoais do interessado, ainda que não tenha sido feito requerimento administrativo para tanto.
- (B) necessidade de retificação de informações pessoais do interessado, ainda que não tenha sido feito requerimento administrativo para tanto.
- (C) necessidade de obter informações essenciais de terceiros para instrução de processo judicial sigiloso.
- (D) recusa em se fazer retificação no cadastro do interessado, após seu requerimento administrativo para tanto.
- (E) recusa em garantir acesso a informação de terceiros, necessária para instruir processo judicial.

45. Quanto a ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de segurança, por proteger direito líquido e certo, pode substituir a ação popular.
- (B) Pessoa jurídica de direito público pode ser parte legítima para propor ação popular, da defesa do interesse público.
- (C) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral ou com documento que a ele corresponda.
- (D) É vedada a participação como litisconsorte ou assistente do autor, em razão da natureza jurídica da ação.
- (E) Dada a natureza da ação, não haverá condenação no pagamento de custas ou outras despesas processuais e honorários advocatícios.

46. As provas em audiência terão a seguinte ordem:

- (A) perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (B) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos.
- (C) perito e assistentes técnicos; testemunhas, primeiro as do autor e depois as do réu; depoimento pessoal, primeiro o do autor e depois o do réu.
- (D) testemunhas, primeiro as do autor e depois as do réu, depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; perito e assistentes técnicos.
- (E) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

47. Na execução contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para

- (A) pagar ou oferecer bens à penhora.
- (B) requisitar o pagamento mediante pedido ao presidente do tribunal competente.
- (C) pagar ou opor embargos no prazo de dez dias.
- (D) oferecer a ordem de pagamento ou expedir ofício requisitório.
- (E) opor embargos no prazo de trinta dias.

48. A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação. Tratando-se de pessoa jurídica, a indisponibilidade recairá somente sobre os bens do ativo permanente, podendo, ainda, ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que, em razão do contrato social ou estatuto, tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações, ao tempo

- (A) do fato gerador, se o lançamento for por homologação.
- (B) da ocorrência da obrigação tributária, se o lançamento for por declaração.
- (C) da constituição do crédito tributário, se o lançamento for por homologação.
- (D) do inadimplemento da obrigação fiscal, se o lançamento for por homologação.
- (E) da verificação da hipótese de incidência, se o lançamento for por declaração.

49. Acerca do procedimento da execução fiscal, é correto afirmar que

- (A) o Juiz, de ofício, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
- (B) sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.
- (C) o concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem: Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, isoladamente e *pro rata*; Municípios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; União e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*.
- (D) a Fazenda Pública não poderá adjudicar os bens penhorados, se, contudo, o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 60 dias.
- (E) não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 30 dias, pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos, indicados na Certidão de Dívida Ativa pelos quais se obrigou, se a garantia for fidejussória.

50. Estabelece o Sistema Tributário Nacional a vedação à cobrança de impostos sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contêm, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. Referida vedação consiste em
- (A) imunidade.
 - (B) isenção.
 - (C) anistia.
 - (D) remissão total.
 - (E) remissão parcial.
51. Com relação à transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão de pessoa jurídica cuja atividade preponderante da adquirente seja a de arrendamento mercantil
- (A) não incide ITBI (imposto sobre a transmissão de bens imóveis), cuja competência é estadual.
 - (B) incide ITCMD (imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou por doação), cuja competência é estadual.
 - (C) incide IR (imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza), cuja competência é federal.
 - (D) incide ITBI (imposto sobre a transmissão de bens imóveis), cuja competência é municipal.
 - (E) incide IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), cuja competência é municipal.
52. Salvo disposição de lei em contrário, tratando-se de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, desde o momento
- (A) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (B) em que a situação esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - (C) de seu implemento, se sujeito à condição suspensiva.
 - (D) da prática do ato ou da celebração do negócio, se sujeito à condição resolutória.
 - (E) da entrada em vigor da lei que define a hipótese de incidência.
53. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 10 anos.
 - (E) 20 anos.
54. Ocorrendo a hipótese de recusa de recebimento do crédito tributário, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória, deverá o interessado promover ação
- (A) anulatória mediante depósito do montante integral.
 - (B) anulatória com pedido de concessão de tutela antecipada.
 - (C) declaratória de relação jurídico-tributária sem depósito.
 - (D) declaratória de relação jurídico-tributária, mediante depósito do montante integral.
 - (E) de consignação em pagamento.
55. Em matéria tributária, representam modalidades de normas complementares
- (A) os decretos.
 - (B) as leis complementares.
 - (C) os tratados e convenções internacionais que versem sobre tributos.
 - (D) as medidas provisórias.
 - (E) os convênios que entre si celebrem os entes tributantes.

DIREITO FINANCEIRO

56. Estabelece a Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto que a fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita
- (A) pela Câmara Municipal, mediante lei ordinária municipal.
 - (B) pela Câmara Municipal, mediante lei complementar.
 - (C) pelo Prefeito, mediante decreto.
 - (D) pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, mediante ato normativo.
 - (E) pelo Conselho de Administração Fazendária, mediante portaria.
57. Determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Rio Preto que o Prefeito, no prazo consignado em Lei Complementar Federal, deverá enviar à Câmara Municipal a proposta de orçamento anual para o exercício seguinte. Na hipótese do não cumprimento da referida determinação, para o ano seguinte
- (A) prevalecerá o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.
 - (B) caberá ao Presidente da Câmara elaborar a proposta orçamentária para o exercício seguinte.
 - (C) caberá a qualquer vereador elaborar a nova proposta orçamentária.
 - (D) caberá ao Conselho Participativo de Finanças apresentar a nova proposta do orçamento anual.
 - (E) as despesas havidas serão pagas com as receitas nele obtidas, independentemente de lei orçamentária.

58. De acordo com a Lei Geral do Orçamento, as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização classificam-se como
- (A) Investimentos.
 - (B) Inversões Financeiras.
 - (C) Transferências de Capital.
 - (D) Despesas de Custeio.
 - (E) Transferências Correntes.
59. A verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, corresponde, nos termos da Lei nº 4.320/64, à fase da execução da despesa que se intitula
- (A) homologação.
 - (B) empenho.
 - (C) nota de empenho.
 - (D) liquidação.
 - (E) pagamento.
60. Considerando-se as disposições legais acerca do Balanço Patrimonial, é correto afirmar que os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários estarão compreendidos no
- (A) Ativo Financeiro.
 - (B) Ativo Permanente.
 - (C) Passivo Financeiro.
 - (D) Passivo Permanente.
 - (E) Passivo Flutuante.
61. O compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada corresponde, segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/00, à definição de
- (A) dívida pública consolidada.
 - (B) dívida pública mobiliária.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (E) concessão de garantia.
62. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/00, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação, entende-se como empresa
- (A) controladora.
 - (B) subsidiária integral.
 - (C) estatal independente.
 - (D) incorporada.
 - (E) controlada.
63. A respeito da aplicação da lei penal, pode-se afirmar que
- (A) o princípio da retroatividade determina que os efeitos benéficos e favoráveis de uma lei penal retroajam ilimitada e indiscriminadamente apenas para os fatos praticados a partir da sua vigência.
 - (B) a *abolitio criminis*, por ser benéfica ao acusado, pode ser instituída tanto por lei como por medida provisória.
 - (C) as leis temporárias e excepcionais representam exceção à regra da aplicação da lei mais benéfica ao acusado, pois sempre serão aplicadas aos fatos praticados durante suas vigências.
 - (D) o princípio da nacionalidade ou personalidade garante ao agente a aplicação da lei penal do país em que ele cometeu o crime, pouco importando a lei vigente do seu país de origem.
 - (E) a imunidade dos agentes diplomáticos impede o processo, a prisão ou detenção do agente, não abrangendo o dever de depor como testemunha.
64. José, policial militar, no exercício da sua função, decidiu abordar João na via pública, pois este passou a correr quando percebeu a aproximação da viatura policial. Durante a abordagem, João passou a desprestigiar e ofender José, em razão do seu salário de policial militar, inclusive proferindo palavras de baixo calão contra ele.
- Com relação à conduta de João, pode-se afirmar sobre ele que
- (A) ao sair correndo, quando viu a viatura policial, praticou o delito de resistência.
 - (B) cometeu o delito de desobediência.
 - (C) sua conduta é atípica.
 - (D) é passível de queixa-crime, ajuizada por José, no prazo de 6 meses, a contar da data do fato, caso sinta que sua honra profissional tenha sido ofendida.
 - (E) praticou o crime de desacato.
65. Sobre o delito de *corrupção ativa*, previsto no artigo 333 do Código Penal, pode-se afirmar que
- (A) é crime comum, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por um funcionário público que não esteja agindo nessa qualidade e tem como sujeito passivo o Estado.
 - (B) é crime material.
 - (C) mesmo quando a vantagem oferecida ou prometida for posterior à conduta praticada pelo funcionário público, ocorrerá o crime de corrupção ativa.
 - (D) não se configura o delito de corrupção ativa, caso a vantagem não tenha sido endereçada ao funcionário diretamente (mas a terceira pessoa), assim como também não se configura o delito, caso o funcionário venha a repelir a vantagem oferecida pelo particular.
 - (E) ocorrerá todas as vezes que o funcionário público ceder à exigência do particular para realizar, omitir ou deixar de praticar ato de ofício.

- 66.** Com relação aos crimes praticados contra a fé pública, pode-se afirmar que
- (A) o crime de moeda falsa tem como sujeito passivo somente o Estado.
 - (B) o delito de falsificação de documento público atinge sua consumação com a falsificação ou alteração do objeto material, independentemente de outro resultado, e admite tentativa.
 - (C) nos crimes de falsidade, o sujeito passivo será sempre o Estado, com exclusividade, pois ele é o titular da fé pública.
 - (D) a prova pericial é imprescindível para a comprovação dos crimes de falsidade material e ideológica.
 - (E) o delito do artigo 300, CP, por ser crime próprio (o sujeito ativo é o funcionário público com função específica de reconhecimento de firma ou letra), não admite coautoria ou participação.
- 67.** Com relação aos crimes contra a incolumidade pública, é correto afirmar:
- (A) o crime de incêndio é crime de perigo comum, bastando, para sua configuração, a exposição a perigo de vida, integridade física e patrimônio de, ao menos, uma pessoa.
 - (B) o delito de explosão é crime vago, de perigo abstrato, permanente (se prorroga no tempo) e formal.
 - (C) o delito de explosão, por ser crime de perigo concreto, é delito material, exigindo a produção do resultado (perigo à vida, à integridade física ou ao patrimônio de outrem).
 - (D) o delito de epidemia (propagação de germes patogênicos capazes de causar doença infecciosa em um número indeterminado de pessoas) admite forma comissiva e omissiva.
 - (E) o delito de omissão de notificação de doença admite tentativa.
- 68.** Quanto ao crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal, pode-se afirmar que
- (A) tem como sujeito passivo apenas o Estado.
 - (B) a ordem, emanada de funcionário público competente, tem que ter forma escrita.
 - (C) o policial, dadas as peculiaridades de sua função, ainda que fora do exercício dela, poderá ser sujeito passivo do crime de desacato.
 - (D) se admite a tentativa somente na forma comissiva do delito.
 - (E) admite forma dolosa e culposa.
- 69.** No que se refere à denominada cota eleitoral de gênero, do número de vagas que poderá registrar para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada partido ou coligação preencherá:
- (A) o mínimo de 20% do sexo feminino, sem limite máximo.
 - (B) o mínimo de 20% e o máximo de 80% para candidaturas de cada sexo.
 - (C) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.
 - (D) o mínimo de 20% do sexo feminino e o máximo de 80% do sexo masculino.
 - (E) o máximo de 70% do sexo masculino, sem limite mínimo.
- 70.** Ao tratar dos Direitos Políticos, o texto constitucional alude acerca do plebiscito e referendo, sendo correto afirmar que
- (A) plebiscito e referendo são iniciativas populares enviadas ao Congresso para que se delibere sobre matéria de acentuada relevância de natureza exclusivamente constitucional.
 - (B) plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo pelos partidos políticos para que se delibere sobre qualquer matéria.
 - (C) plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que se delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza exclusivamente constitucional.
 - (D) plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que se delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
 - (E) plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que se delibere sobre qualquer matéria, exceto as de natureza administrativa.

71. Ao tratar do financiamento dos partidos políticos, a legislação eleitoral estabeleceu que:
- (A) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical.
 - (B) é permitido ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro procedente de entidade de fiscalização do exercício profissional.
 - (C) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário, com exceção de valor estimável em dinheiro, procedente de entidade de classe ou sindical.
 - (D) é permitido ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição estimável em dinheiro de concessionárias de serviços públicos.
 - (E) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário procedente de entidade de classe ou sindical, sendo permitido receber doação estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, das referidas entidades.
72. No que tange ao controle da legalidade das eleições, pode-se afirmar que a disciplina da Propaganda Eleitoral na rede mundial de computadores dispõe que:
- (A) na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral.
 - (B) é permitida, desde que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.
 - (C) é permitida, desde que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet em sítios de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos.
 - (D) é permitida, desde que devidamente contabilizada, a veiculação de propaganda eleitoral paga na internet, em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.
 - (E) na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.
73. A ação de investigação judicial eleitoral por captação ou gasto ilícito de recursos prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504/97
- (A) pode ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público perante a Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da eleição.
 - (B) pode ser proposta pelo Ministério Público, partido político ou coligação perante a Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação.
 - (C) pode ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público perante a Justiça Eleitoral até o dia da diplomação e perante a Justiça Comum, no prazo de 15 (quinze) dias da posse.
 - (D) pode ser proposta pelo Ministério Público, partido político ou coligação perante a Justiça Eleitoral, até o dia da diplomação e exclusivamente pelo Ministério Público perante a Justiça Comum no prazo de 15 (quinze) dias da posse.
 - (E) pode ser proposta pelo Ministério Público, partido político ou coligação perante a Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da posse.
- TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS
E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**
74. Nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal, assinale o conceito correto.
- (A) Restinga é a área de solo hipersalino situada nas regiões entremarés superiores, inundada apenas pelas marés de sizígias.
 - (B) Apicum é o depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação.
 - (C) Olho d'água é o afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água.
 - (D) Nascente é o afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.
 - (E) Leito regular é a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano.

75. A respeito da política urbana, é correto afirmar que

- (A) os municípios, mediante lei municipal própria, poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (B) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- (C) a lei municipal regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade urbana por pessoa física ou jurídica estrangeira.
- (D) os imóveis públicos urbanos poderão ser adquiridos por usucapião, desde que haja autorização da Câmara Municipal, mediante edição de lei municipal própria.
- (E) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para todas as cidades, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

76. Com base na lei de diretrizes e bases da educação nacional, é correto afirmar que

- (A) os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental.
- (B) os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino médio e oferecer, com prioridade, o ensino profissionalizante.
- (C) a União incumbir-se-á de assegurar o ensino a distância e oferecer, com prioridade, o ensino superior.
- (D) a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino profissionalizante.
- (E) a educação infantil será oferecida em creches, para crianças de até 04 (quatro) anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de 05 (cinco) anos de idade.

77. A respeito da tutela jurisdicional de interesses das pessoas portadoras de deficiência, deve-se asseverar que

- (A) as ações civis públicas destinadas à proteção de interesses individuais, coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios.
- (B) o Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações coletivas ou individuais em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.
- (C) em caso de desistência ou abandono da ação civil pública proposta, apenas o Ministério Público pode assumir a titularidade ativa.
- (D) dos despachos proferidos contra o autor da ação civil pública, poderá recorrer o Ministério Público, caso haja inércia daquele.
- (E) a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação transitará em julgado, caso não desafiada por recurso voluntário.

78. São princípios básicos da educação ambiental:

- (A) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a autonomia entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural.
- (B) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas econômicas.
- (C) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- (D) o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, pós, multi e transdisciplinaridade.
- (E) a abordagem individualizada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e setoriais.

79. No que concerne à Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale o conceito correto.

- (A) Gestão integrada de resíduos sólidos é o conjunto de ações exercidas para coleta, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.
- (B) Gerenciamento de resíduos sólidos é o conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos.
- (C) Área órfã contaminada é o local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos, cujos responsáveis sejam identificáveis ou individualizáveis.
- (D) Reciclagem é o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes para tanto.
- (E) Rejeito é o material resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se exija solução técnica ou economicamente inviável em face da melhor tecnologia disponível.

80. No que tange ao Estatuto do Idoso, é correto afirmar que

- (A) se destina a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) incumbe, prioritariamente ao Município fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado.
- (C) aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- (D) é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 10% (dez por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.
- (E) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, os idosos gozam de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades para seu atendimento.

